

Violência homofóbica em Mulheres Lésbicas no Rio Grande do Sul: números sociais

Disc. Gabriela Acquolini (UFRGS), Disc. Prof. Dr. Daniel Canavese (UFRGS)

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Saúde Integral da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), estabelecida em virtude da vulnerabilidade histórica e das barreiras de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), tem o objetivo de promover a saúde integral LGBT, buscando reduzir o preconceito institucional, assim como contribuir para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como um sistema universal, integral e equitativo (BRASIL, 2017). Neste contexto, o projeto de pesquisa-intervenção da Política Nacional Saúde Integral LGBT financiado pelo Ministério da Saúde, registrado da UFRGS, com ações realizadas por Martha, Eduardo, Vicente, Iuday e Daniel, busca apoiar a implementação, a execução e o monitoramento da referida Política na região sul do Brasil e contempla metodologias complementares (quantitativas, qualitativas e formativas) combinando análises estatísticas, sociais, geográficas e epidemiológicas da informação em saúde.

METODOLOGIA

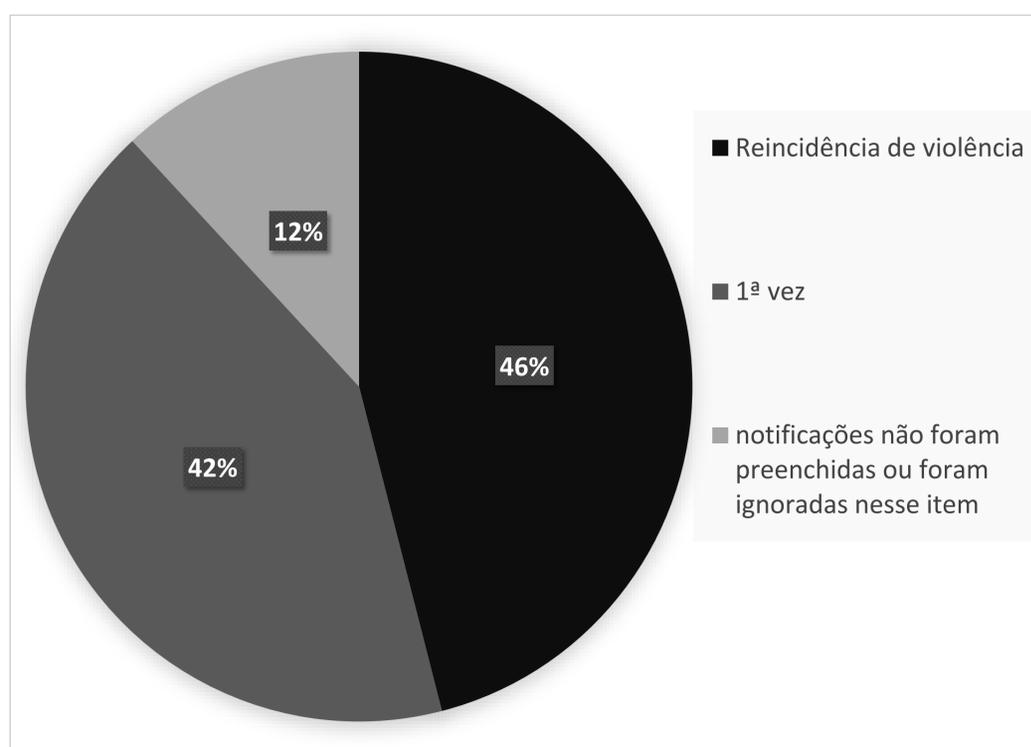
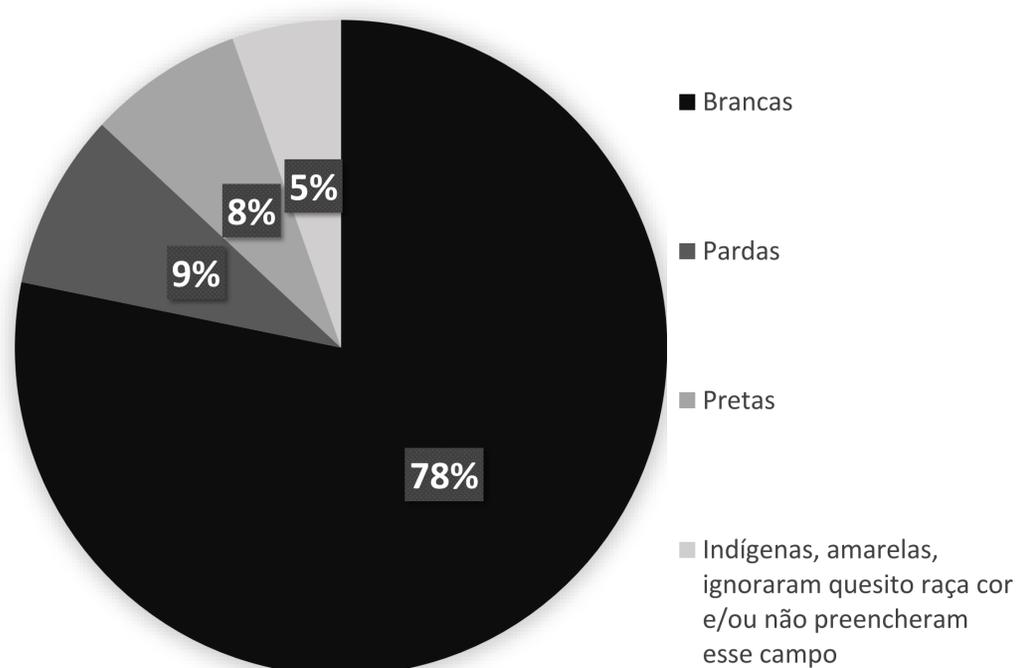
Análise de dados disponibilizados pelo SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) quanto à notificação de casos suspeitos ou confirmados de violências homo-lesbo-trans-fóbicas contra mulheres lésbicas em todas as idades, no estado do Rio Grande do Sul, nos anos de 2014 a 2017. Para a análise utilizou-se o software SPSS na extração da frequência de ocorrência do recorte indicado, bem como dos itens: raça/cor, se a violência ocorreu outras vezes e se a lesão foi autoprovocada.

DISCUSSÕES

Em relação com o paradigma atual, forjado por uma sociedade que possui em suas entranhas uma colonialidade enraizada (CRUZ, 2017), e embora o avanço da técnica seja indiscutível, nota-se que a subnotificação da violência ainda é um desafio a ser vencido, reflexo da modernidade/colonialidade, cuja gênese explicita a violência patriarcal do colonialismo do poder, do saber e da natureza (CRUZ, 2017). Com isso, os papéis de gênero e da sexualidade são estipulados com base em um modelo colonial europeu, que servem como normativos aos comportamentos e atividades do homem e da mulher e que estão relacionados às origens dos preconceitos e discriminações a homossexuais, ou seja, homens e mulheres que são vistos como desviantes das condições de gênero (COSTA, 2010). Nesse contexto, o fato de mulheres lésbicas sofrerem violência por questões de gênero e orientação sexual e, essa violência muitas vezes ser recorrente, indica que esse padrão normativo de comportamento, que controla a raça, o gênero, e a sexualidade, corrobora para as desigualdades sociais e marginaliza essa parcela da população. Além, a ocorrência expressiva de violência LGBTfóbica contra o gênero feminino é indicativo da interseccionalidade de opressões, onde as mulheres sofrem mais de um tipo de violência. Os dados relativos à raça/cor indicam que a maior quantidade de notificações é de mulheres brancas, indicativo das barreiras de acesso das mulheres pretas, pardas e indígenas aos serviços da saúde, visto que essas são em maior número em comunidades de vulnerabilidade social e, no entanto não possuem registros significativos no SINAN.

RESULTADOS PARCIAIS

Violência - quesito raça/cor por autodeclaração



Por fim, em 65,9% (n=332) a lesão não foi autoprovocada, em 31% (n=156) a lesão foi autoprovocada e em 3,2% (n=16) não há o preenchimento do campo ou o mesmo foi ignorado.